



POLÍCIAS, GREVES E MISÉRIA

Prof. Luiz Flávio Gomes

Doutor em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade Complutense de Madri, Mestre em Direito Penal pela USP, co-editor do site www.ibccrim.com.br e Diretor-Presidente do Centro de Estudos Criminais (www.estudoscriminais.com.br).

E-mail: luizflaviogomes@uol.com.br

Há um provérbio que diz: “O que torna uma resolução tão difícil é não sabermos o que queremos e o quanto queremos”. No caso dos policiais grevistas eles sabem muito bem o que querem: melhor remuneração e melhores condições de trabalho. Quem não está sabendo o que fazer são os Governos estaduais e o Central. Na era da globalização, em razão dos variados e múltiplos conflitos de interesses, é preciso que as instituições e os governantes se modernizem. Aliás, ou se atualizam ou perecem !

Dentre as doze características que bem definem, na atualidade, o processo de globalização, Ramonet – que é professor em Paris e especialista em geopolítica – chama a atenção para as profundas mudanças que estão ocorrendo nas relações de poder e de autoridade. O poder até agora era essencialmente vertical, hierárquico e autoritário. Ocorre que todas as instituições estão se democratizando e desse modo a autoridade é exercida cada vez mais horizontalmente. O poder está deixando de ser hierárquico e graças às técnicas de comunicação, está se convertendo a cada instante num exercício consensuado. O poder faz aquilo que já se sabe que será aceito.

Nesse contexto, quem continua sendo autoritário e inflexível, está predestinado a sofrer ou a provocar graves conseqüências. Estão incluídos nesse rol, segundo o autor citado, a Igreja Católica, os Exércitos e as Polícias. Por razões óbvias, faltou mencionar o governo da Bahia, que se mostrou

enormemente incompetente para lidar com a greve dos policiais, deixando que a situação de insegurança atingisse níveis intoleráveis, só comparados a uma guerra civil. Quantas mortes, roubos e estupros teriam sido evitados se os códigos mentais já não fossem os do tempo dos “coronéis” ?

Estamos na iminência de uma rebelião militar coletiva e nacional (há uma assembléia dos cabos e soldados marcada para a segunda semana de agosto), cujas drásticas conseqüências (sobretudo para a governabilidade do país) ninguém sabe prognosticar com exatidão. E chegaremos ao caos total e absoluto se nossos governantes não atuarem com lucidez e rapidez. O governador de Alagoas, por exemplo, mostrou-se muito mais hábil que o baiano. Se é certo que ele conclamou o general Alberto Cardoso a autorizar a intervenção do Exército, não menos correto é que o ouviu com grande atenção e começou a negociar. Pode não ser a definitiva, mas achou-se uma solução. Os policiais voltaram ao trabalho. Conclusão: negociação e prudência são as palavras de ordem.

Os ortodoxos, os Governadores e os editoriais tendencialmente repressivos arrepiam-se e quase explodem de tanta indignação e estupefação, mas deveriam aprender com as lições da nossa História: quando ofereceram a Milton Campos um trem cheio de policiais para resolver uma greve de ferroviários que não recebiam salários há alguns meses, o sábio mineiro disse: é melhor mandarem um trem pagador.

Para os que não querem encontrar nenhuma solução (leia-se: para os que querem ver o circo pegar fogo), é mais do que suficiente proclamar que a greve da Polícia Militar é ilegal e inconstitucional (há, aliás, expressa vedação no art. 142, § 3º, IV, da Constituição Federal) e que o motim é crime militar e deve ser punido exemplarmente. Fecha-se com isso qualquer espaço para o diálogo (tal como fizeram, majoritariamente, os Governadores na reunião com o Presidente da República).

Mas essa é uma postura exageradamente arriscada, porque a greve dos policiais é legítima. Formalmente contraria o Direito, mas substancialmente é justa, é humanitária, mesmo porque há uma gritante disparidade de ganhos entre os policiais: nas forças armadas o maior salário é doze vezes maior que o de quem ganha menos. Nas polícias estaduais essa diferença, em muitos casos, é muito maior. Em Nova York, só para se ter uma idéia, não passa de cinco vezes. Considerando-se todo o território brasileiro, há policiais que ganham dez vezes mais que outro para desempenhar o mesmo serviço, as mesmas funções.

Que bom seria se divulgassem no Brasil que detrás da famigerada operação *Tolerância Zero* acham-se não só melhores condições de trabalho, informatização da polícia, esportes para os jovens, recolhimento dos mendigos etc., senão, sobretudo, um considerável aumento salarial dos policiais (o patamar mínimo em Nova York é de dois mil e trezentos dólares).

Se o cerne da nossa questão, assim, é a legitimidade da reivindicação dos policiais (que não estão pedindo vida nababesca nem mansão cinco

estrelas, senão o que todo ser humano, por natureza, é digno de ter: moradia, plano de saúde, escola para os filhos, alimentação e transporte), soam como estapafúrdias e irreais idéias como (a) criação de uma guarda nacional, (b) recuperação da subordinação das polícias militares ao Exército, (c) reformas constitucionais, (d) unificação das polícias, (e) militarização das guardas municipais etc.

Se querem desfocar ou migrar o problema, esses são indiscutivelmente os caminhos. Mas quem assim procede deveria desde logo assumir sua parcela de responsabilidade pelo desmoronamento social e democrático que certamente advirão.

No Estado Constitucional e Democrático de Direito nunca devem ser usadas medidas autoritárias e repressivas quando desnecessárias ou desproporcionais ou injustas. O discurso da violência (que agrada e enriquece muitos setores da mídia) deve ser substituído pelo da pacífica convivência. É preciso mostrar, principalmente aos policiais, que no regime democrático, conduzido por civis, o único espaço que subsiste é o de soluções não violentas nem arbitrarias. Esse é o momento de o poder civil, enfocando as questões sociais e humanas dos policiais, ensinar-lhes mais uma extraordinária lição de humanismo, civilidade e transcendentalidade, mesmo porque agora eles estão fazendo uma greve justa mas no dia-a-dia distribuem castigos e sofrimentos inúteis (Gabriel, O Pensador diria: *porradas, porradas*) para boa parcela da população mais humilde (só em São Paulo, a polícia matou mais de sete mil pessoas na década de 90).

Os estrategistas do poder deveriam atentar para o seguinte: os motins dos policiais, que estão contando com a ajuda de suas mulheres, estão para as iniquidades salariais e distributivas brasileiras como o grito de Gênova contra o G-8 está para o processo de globalização regido pela nefasta, inconseqüente e destrutiva ideologia neoliberal. Dos seis bilhões de habitantes do planeta, somente um bilhão vive dignamente; outros cinco bilhões passam necessidades ou estão abaixo da linha da pobreza. Isso deveria evidentemente preocupar-nos a todos. O processo de globalização em curso não integra os pobres nem os excluídos. Pelo contrário, aumenta seu número a cada dia.

Que o Exército deva contar com “poderes de polícia” nas situações emergenciais (de intervenção), até porque, nessa contingência, ele defende a lei e a ordem (CF, art. 142), parece não haver nenhuma dúvida (resultado da pesquisa da Globo News sobre o tema: 68% disse sim). Mas isso não resolve nada, mesmo porque continua o discurso da violência, da militarização e da verticalização. O poder civil revela absoluta incompetência (devendo ser sumariamente destituídos os seus detentores) quando, sem nenhuma imaginação e criatividade, se vale de “soluções” “militares” ou “penais” para os problemas humanos e sociais. Ademais: no dia em que o Exército começar a matar policiais militares nascerão no Brasil os grupos guerrilheiros paramilitares. Aliás, é o único item que nos falta para igualarmos aos sofrimentos dos nossos irmãos colombianos.

O governo central não pode tratar o gravíssimo problema dos policiais amotinados com formalismos jurídicos ou com atos paliativos e puramente simbólicos. Não se trata câncer com aspirina. Com a segurança pública não se brinca. Tampouco o governo tem o direito de se comportar uma vez mais de forma incompetente, adotando “soluções” “militares” para problemas humanos e sociais. A crise das polícias, como todas as crises, estão dando aos governantes mais uma chance de mostrarem que uma nação séria e construtiva é constituída de decisões prudentes e criativas. Mas para chegar lá, é preciso começar reconhecendo coisas muito simples como: “*em casa que falta pão todo mundo briga e ninguém tem razão*”.

Referência Bibliográfica deste Artigo (ABNT: NBR-6023/2000):

GOMES, Luiz Flávio. Polícias, greves e miséria. *Revista Diálogo Jurídico*, Salvador, CAJ - Centro de Atualização Jurídica, v. I, nº. 5, agosto, 2001. Disponível em: <<http://www.direitopublico.com.br>>. Acesso em: xx de xxxxxxxx de xxxx

(substituir x por dados da data de acesso ao site).

Publicação Impressa:

Não informado pelo autor.

Interatividade

Participe do aperfeiçoamento da Revista Diálogo Jurídico



Opine sobre o assunto focado neste artigo: [clique aqui](#)



Sugira novos temas para a revista eletrônica Diálogo Jurídico: [clique aqui](#)



Imprima o artigo: tecla Ctrl+P



Cadastre-se e receba diretamente por e-mail informações sobre novos artigos publicados na revista: [clique aqui](#)